



Universidade Federal do Pampa

**CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CURSO**

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL:
Análise geral e setorial entre 2006 a 2016

EVOLUTION OF RURAL CREDIT IN RIO GRANDE DO SUL:
General and sectorial analysis between 2006 and 2016

EVOLUCIÓN DEL CRÉDITO RURAL EN EL RÍO GRANDE DEL SUR:
Análisis general y sectorial entre 2006 a 2016

Thainni Trindade Fagundes

thainnitf@gmail.com

João Garibaldi Almeida Viana

joaoviana@unipampa.edu.br

RESUMO

A função do crédito na agropecuária é importante por ser um setor que necessita muito de capital na realização de suas atividades. Com o propósito de compreender o seu histórico e as suas funcionalidades, esse estudo objetivou fazer uma análise do crédito no geral e por setores da atividade agrícola e pecuária no Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2006 a 2016. Para realização desta pesquisa usou-se a base de dados SICOR (Sistema de operações de crédito rural) do Banco Central do Brasil, coletando dados de valores e números de contratos ano a ano por finalidades de crédito (custeio, investimento e comercialização). A técnica de análise adotada foi estatística descritiva. Constatou-se que o período que compreende 2006 a 2014 o volume de crédito disponibilizado apresentou elevado crescimento, e no período mais recente há um decréscimo no nível de crédito, tanto agrícola como pecuário. As finalidades com maior disponibilidade de recursos é no setor agrícola e o menos expressivo é o crédito de comercialização tanto pecuário como agrícola. Analisou-se também que no decorrer dos anos há uma queda de contratos com aumento no valor por contrato representando uma concentração. Evidenciou-se que de fato os recursos estão em queda em todo Brasil decorrente da falta de liquidez devido à crise econômica vivenciada no país.

Palavras-chave: Política Agrícola. Crédito Rural. Agronegócio.

ABSTRACT

The function of credit in agriculture is important because it is a sector that needs a lot of capital in carrying out its activities. In order to understand its history and its functionalities, this study aimed to analyze the credit in general and by sectors of agricultural and livestock activity in the State of Rio Grande do Sul from 2006 to 2016. For this research the Central Bank of Brazil (SICOR) database was used, collecting data of amounts and numbers of contracts year by year for credit purposes (costing, investment and industrialization). The technique of analysis adopted was descriptive statistics. It was verified that the period between 2006 and 2014, the volume of credit available presented high growth, and in the most recent period there is a decrease in the level of credit, both agricultural and livestock. The objectives with greater availability of resources are in the agricultural sector and the less expressive is the commercial credit both livestock and agriculture. It was also analyzed that in the course of the years there is a decrease of contracts with increase in value per contract representing a concentration. It was evidenced that in fact the resources are falling in all Brazil due to the lack of liquidity due to the economic crisis experienced in the country.

Keywords: *Agricultural Policy. Rural Credit. Agribusiness.*

RESUMEN

La función del crédito en la agropecuaria es importante por ser un sector que necesita mucho de capital en la realización de sus actividades. Con el propósito de comprender su histórico y sus funcionalidades, ese estudio tuvo como objetivo hacer un análisis del crédito en el general y por sectores de la actividad agrícola y pecuaria en el Estado de Rio Grande do Sul entre los años 2006 hasta 2016. Para realizar esta investigación se utilizó la base de datos SICOR (Sistema de operaciones de crédito rural) del Banco Central de Brasil, recogiendo datos de valores y números de contratos año a año por finalidades de crédito (costeo, inversión e industrialización). La técnica de análisis adoptada fue estadística descriptiva. Se constató que el período que comprende 2006 hasta 2014 el volumen de crédito ofrecido presentó elevado crecimiento, y en el período más reciente hay un decrecimiento en el nivel de crédito, tanto agrícola como pecuario. Las finalidades con mayor disponibilidad de recursos es en el sector agrícola y lo menos expresivo es el crédito de comercialización tanto ganadero como agrícola. Se analizó también que a lo largo de los años hay una caída de contratos con aumento en el valor por contrato representando una concentración. Se evidenció que de hecho los recursos están en caída en todo Brasil debido a la falta de liquidez debido a la crisis económica vivida en el país.

Palabras-clave: *Política Agrícola. Crédito Rural. Agronegocio.*

1 INTRODUÇÃO

O sistema econômico em qualquer país é formado por três setores que são classificados para quantificar a participação de cada na formação do produto total: setor primário que abrange atividades ligadas a agropecuária, extrativismo vegetal mineral e animal; setor secundário que envolve o setor de transformação industrial dos produtos primários da economia e de construção civil; e o setor terciário que são as atividades ligadas ao comércio, transporte e prestação de serviços. Devido ao complexo sistema de inter-relação e complementariedade que se estabelece entre os diversos segmentos econômicos principalmente se tratando do setor primário, onde uma simples quantificação não é suficiente

para uma compreensão das dimensões envolvidas nos processos produtivo, de distribuição e consumo dos bens e serviços surge então o conceito de *agrobusiness* (ARBAGE, 2012).

Entende-se por *agrobusiness*, agronegócio ou complexo agroindustrial (CAI)- termos usados como sinônimos - o conjunto de atividades inter-relacionadas que engloba toda a cadeia produtiva antes da porteira (produção e fornecimentos de insumos, máquinas e equipamentos) dentro da porteira (preparo e manejo do solo, irrigação colheita e criação animal) e depois da porteira (transporte, armazenagem, industrialização, distribuição e comercialização) da propriedade rural (CALLADO, 2009).

O Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), estimou uma população em 2016 de 11.286.500 habitantes, destes 1.593.638 fazem parte da população rural do Estado. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 existem 440.000 estabelecimentos agropecuários em uma área de 20,3 milhão de hectares.

Pesquisas feitas pela FEE (Fundação de Economia e Estatísticas) em 2015 apontam que no Rio Grande do Sul a agropecuária é a principal atividade econômica em 147 municípios gaúchos. Os dez produtos agropecuários que contribuem com mais de 90% do valor bruto da produção agropecuária (VBP) do setor do Estado são: cultura do arroz, maçã, fumo, uva, trigo e soja na agricultura e criação de frangos, suínos, bovinos e produção leiteira na pecuária. Além de ser um dos principais exportadores de soja, fumo e arroz.

A mesma pesquisa aponta também que em 2015 a economia gaúcha apresentou melhor desempenho que o brasileiro, devido aos resultados positivos da agropecuária, registrando crescimento de 13,6 % no valor adicionado bruto (VAB).

O Rio Grande do Sul dispõem de diferenciais como o clima, terras para agricultura e pastagens, chuvas e sol abundantes, ao mesmo tempo tem o fato de que os agricultores enfrentam o risco advindo das condições climáticas e maior sazonalidade da oferta que indefinem a produtividade a ser alcançada resultando em maior instabilidade de preços e de renda para os produtores. Diante disto políticas específicas são criadas para estimular a agropecuária e compensar estes riscos. Certos governos dão apoio diferenciado ao setor agropecuário por questões de estratégia e de interesse nacional entre eles: a ocupação do espaço territorial; garantia de suprimentos domésticos de alimentos, formação de mercado consumidor dos produtos industrializados e a busca de um desenvolvimento espacial mais homogêneo. Desse modo instrumentos macroeconômicos podem ser modificados ou combinados com o objetivo de gerar novos instrumentos de estímulo à produção ou regulação específicas do setor. Dentre estes instrumentos criados pelo governo tem-se a política de crédito rural, um importante mecanismo de concessão de crédito a taxas de juros inferiores e condições de pagamentos diferentes das vigentes no mercado estabelecidas pela política monetária (BATALHA, 2009).

Sabendo da importância da agropecuária na economia do Rio Grande do Sul, e de sua dependência de instrumentos que forneçam recursos de capital para exploração de suas atividades definiu-se como problema de pesquisa a seguinte questão: Qual a evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul e o comportamento das linhas de crédito pecuário e agrícola nos últimos dez anos (2006 a 2016)?

Frente ao exposto este estudo tem como objetivo geral analisar a evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul - Brasil, segmentando em finalidades de crédito disponibilizados no Banco Central do Brasil (BACEN) entre os anos de 2006 a 2016. A partir desta perspectiva foram definidos os seguintes objetivos específicos: Compreender a política agrícola e sua importância; Analisar as linhas de crédito rural por setor e finalidade; Comparar e discutir a evolução do crédito rural pecuário e agrícola no Rio Grande do Sul.

Em vista disso justifica-se o estudo do tema evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul entre 2006 a 2016, período que o BACEN disponibiliza no seu anuário estatístico e na matriz de dados do crédito rural um conjunto de informações relevantes no

intuito de propiciar maior transparência em suas operações. Sendo assim a pesquisa pretende contribuir não só para o meio acadêmico e desenvolvimento profissional da autora como também servir como um importante diagnóstico gerencial e de impacto econômico do financiamento agrícola sobre a economia do estado gaúcho no presente período.

A estruturação desta pesquisa está segmentada em introdução, referencial teórico que contempla: a política agrícola no Brasil, os principais instrumentos da política agrícola e o crédito e desenvolvimento do agronegócio, seguido dos procedimentos metodológicos, apresentação e análise dos resultados finalizando com as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta sessão serão apresentadas contribuições da literatura e de estudos científicos sobre o tema em questão a fim de dar suporte teórico à pesquisa.

2.1 Políticas Agrícolas no Brasil

Foi em 1937 que foram dados os primeiros passos para construção de instrumentos que financiassem o setor rural brasileiro. Neste ano foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), que perdurou de 1937 até 1965, pois os recursos não foram suficientes para alavancar o setor (ARBAGE, 2012).

Bacha (2012) descreve que entre os anos de 1965 a 1986 a agropecuária brasileira passou por um período de aceleração do processo de modernização impulsionados por políticas direcionadas ao crescimento do setor, importante de salientar que em 1964 a partir da Lei 4.595, foram criados o Banco Central do Brasil (BACEN) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o ano de 1965 é considerado um marco se tratando de política agrícola e crédito rural no Brasil. Nesse ano o governo institucionalizou o Crédito Rural, o Fundo Nacional da Agricultura (Funagri), o Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR) e o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (Fundece), objetivando incentivar e financiar programas a agroindústrias.

De acordo com Batalha (2009), durante anos o principal instrumento de política agrícola foi o crédito rural, o recebimento deste crédito em suma se destinava a compras de insumos (fertilizantes e defensivos) ou de equipamentos (tratores, colheitadeiras, arados, entre outros) explicitamente com objetivo de modernizar a agricultura brasileira, tornando a agricultura funcional à indústria estimulando a produção nacional, segundo Arbage (2012), o crédito rural foi considerado o único eficaz até a década de 1970 passando a ser a própria política agrícola do país.

Após esse período de grande sucesso do crédito rural houve uma grande recessão interna decorrente da crise financeira que se instalou no país por volta dos anos 80, que ocasionou drástica queda na demanda interna por produtos duráveis e não duráveis, permitindo excedentes agrícolas exportáveis, diante disto o governo passou adotar um novo instrumento de política agrícola o então conhecido como Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que era baseado nas Aquisições do Governo Federal (AGF) e Empréstimos do Governo Federal (EGF). Ligado ao PGPM iniciou-se a política de formação de estoques reguladores, a primeira tinha o objetivo de estabilizar os preços para os produtores, produzindo na quantidade necessária controlando a inflação, a segunda tinha a finalidade de estocar alimentos para evitar suba exagerada de preços.

A década de 1990 foi de transição no que diz respeito ao modelo adotado até então, o comércio exterior foi liberalizado, houve privatizações e o Estado passou a ter menor intervenção sobre as políticas agrícolas, perdendo sua eficácia devido a inadequação dos principais instrumentos.

Gasques e Conceição (2001) relatam o período em que foram elaborados pelo governo numerosos planos de estabilização – Plano Cruzado (1986-1987), Plano Verão (1989), Plano Collor I e II (1990-1991) - resultaram em crises financeiras para o setor agrícola, pois fez com que os preços de terra, gado e commodities agrícolas se elevassem, gerando aumento na tomada de investimentos e empréstimos na agricultura.

Uma crítica a respeito desses eventos feita por Batalha (2009) diz o seguinte: “o governo lança um conjunto de incentivos para os produtores, sem levar em conta os requisitos institucionais, financeiros e operacionais do pacote”. Isso desencadeia uma série de fatores conjunturais, pois as políticas não foram adaptadas para o novo modelo institucional que se iniciava, deste modo não levavam em conta os impactos sobre os instrumentos adotados e nem a capacidade financeira e operacional do setor público, como também dos produtores.

Conforme Arbage (2012), a política agrícola é uma política pública aplicada ao setor primário formado por um conjunto de instrumentos de que o governo lança mão para regular o comportamento dos agentes privados e orientar organismos públicos com o propósito atingir os objetivos definidos para o setor primário como a ampliação da produção de alimentos.

De acordo com o mesmo autor elas podem ser classificadas de acordo com sua modalidade (Políticas operativas - melhor funcionamento do mercado regulamentando e fiscalizando as operações de comercialização agrícola e Políticas intervencionistas - substituem o benefício privado pelo coletivo estabelecendo cotas de importação, monitorando e direcionando o investimento privado e utiliza de políticas tributárias diferenciada) prazo de vigência (Curto Prazo- estímulo da produção através do crédito, preços mínimos e seguro agrícola e Longo Prazo- modificação do sistema de produção como irrigação drenagem, micro bacias, por exemplo) e políticas de recursos e técnicas de produção (investimento em criação e difusão de tecnologias, abastecimento de insumos e bens de capital e políticas relacionadas aos recursos naturais) (ARBAGE, 2012).

Segundo Batalha (2009), as políticas setoriais como é o caso da política agrícola, possibilitam o governo de intervir nas condições e em variáveis específicas ao setor, definindo taxas de juros diferentes das taxas de juros do “mercado livre” estabelecidas pela política monetária, condições especiais de acesso aos mercados externos, determina preços mínimos e máximos para alguns produtos por exemplo.

Através da regulação setorial, o Estado busca reforçar ou mitigar sinais e condições determinadas pela política macroeconômica e também afetar o nível e a composição de oferta e demanda nos mercados agropecuários. Com essa regulação o Estado estimula determinados segmentos e penaliza outros de acordo com as prioridades da política econômica e as pressões dos agentes (ARBAGE, 2012).

Bacha (2012) destaca a importância de notar que embora a agropecuária tenha instrumentos específicos para o setor ela é diretamente afetada pelos instrumentos macroeconômicos (ou genéricos) que tem grande poder de determinar sua dinâmica. Os mais importantes são: política fiscal (tributação, gastos do governo, mecanismos de isenção fiscal e de incentivos fiscais), Política monetária (taxa de juros de captação X taxa de juros de empréstimos, taxas de juros nominais X taxas de juros real), Política cambial (câmbio valorizado X câmbio desvalorizado) e a Política de rendas (legislação trabalhista e política de zoneamento do uso da terra).

Tem-se como exemplo os seguintes instrumentos específicos da política agrícola brasileira: política de crédito rural, política de preços, política de seguro rural, política de pesquisa e extensão agropecuária, políticas para produtos específicos (café, cana-de-açúcar, e trigo) e insumos, e política de regulamentação do uso de recursos florestais. No Quadro1 a seguir, apresenta-se um breve resumo dos principais mecanismos de regulação do setor, com base em Batalha (2009) e Bacha (2012).

Política de Crédito Rural	Essa política é largamente utilizadas para regulação setorial, é um mecanismo de concessão de crédito com taxas de juros e condições de pagamento diferenciadas e são três tipo de crédito, a saber, (custeio/industrialização, investimento e comercialização).
Política de Preço	As políticas de preços têm como objetivo reduzir o risco que possa comprometer o desenvolvimento da produção, melhorar a distribuição de renda inter e intrasetorial, incentivar a produção de produtos específicos e estabilizar ou reduzir as flutuações dos preços agrícolas.
Política de Seguro Rural	Devido os riscos de flutuações de produtividade advindos, por exemplo, de adversidades climáticas, através de um seguro de safra agrícola em que o agricultor paga uma quantia a uma seguradora (prêmio) para ter direito a um montante caso haja perda de produção.
Política de Pesquisa e Extensão Agropecuária	Devido às especificidades da produção agropecuária faz-se necessária a adaptação tecnológica para melhor se sobressair as adversidades encontradas. Na execução de pesquisa e extensão atuam o Governo Federal e governos estaduais como também iniciativa privada. Desde 1970 as pesquisas vêm sendo feitas pela Embrapa em nível federal por institutos em nível estadual e por universidades.
Políticas para Produtos Específicos	Alguns produtos por assumirem papel importante na agropecuária do país ou regional como é caso do café, cana-de-açúcar, álcool, trigo como também o cacau, borracha natural e erva mate, elaboram-se assim políticas específicas que atendam eles. Além deste também se destaca os incentivos adotados para o uso de fertilizantes e outros insumos.
Política de Regulamentação Do Uso De Recursos Florestais	Relacionada a política florestal federal, tem como finalidade através dos mecanismos criados controlar e disciplinar o desmatamento e incentivar o reflorestamento.

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 1 – Instrumentos específicos da Política Agrícola

Neste tópico mostrou-se um breve histórico sobre as políticas agrícolas brasileiras, seus períodos de sucesso e de fracasso e evidenciou-se que apesar de todos os impasses é

indiscutível a importância da existência de políticas públicas que atendam as necessidades e especificidades do setor agropecuário. Entendido isto, a seguir será explanado os instrumentos utilizados na “nova” política agrícola dos últimos anos.

2.2 Principais Instrumentos da Política Agrícola

Como visto anteriormente, a política agrícola atua através do uso de instrumentos específicos para determinada situação sendo que estes sofrem alterações na medida em que as necessidades se modificam. A partir do momento em que a economia brasileira abriu-se para o mercado internacional e após a estabilização macroeconômica advinda do Plano Real, segundo Arbage (2012), instrumentos de financiamento à produção têm demonstrado declínio. Em decorrência disto novos instrumentos são criados. Na sequência apresenta-se os principais instrumentos utilizados na política agrícola brasileira, utilizando Batalha (2009) como suporte teórico.

- a) **Plano Anual de Safra:** Considerado o principal instrumento de planejamento é um documento único que consolida as principais medidas de políticas aprovadas pelo governo para o próximo ano agrícola (período que compreende 1º de julho de cada ano a 30 de junho do ano seguinte), e que podem ser modificadas automaticamente, não dando segurança que orientem as decisões dos produtores.
- b) **Cédula do Produtor Rural (CPR):** é um instrumento de financiamento e caracteriza-se por ser um título de promessa de entrega futura de produtos rurais que é emitido pelo produtor, associação ou cooperativa em qualquer momento da produção. Funciona como um redutor do preço recebido pelo produtor podendo ser mais elevado que o custo financeiro do crédito rural.
- c) **Contrato de Opção de Venda (COV):** é uma alternativa de financiamento que se aplica para poucos produtos e em certas regiões é o contrato de opções que é um seguro contra queda de preços onde o produtor paga por esse seguro, o preço exercido tem como base o preço mínimo acrescido de uma estimativa de custos financeiros e de estocagens durante a vigência do contrato de opção.
- d) **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** objetiva contribuir para o abastecimento interno e garantir um preço de referência para o produtor e cooperativas. O preço de referência é definido pelo Governo Federal baseado em diversas variáveis. Este instrumento o governo da garantia de um preço referencial e evita estocagem problemática de produtos.
- e) **Novos títulos financeiros para o agronegócio (LCA, CDCA, CRA):** Em 2004 foram criados esses novos títulos com o objetivo de beneficiar empresas atuantes do agronegócio a fim de expandir operações de crédito privado. Emitindo a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), e colocando no mercado financeiro essas organizações liberam seu próprio capital e atraem mais recursos para financiar as operações das cadeias de produção.
- f) **Linha Especial de Comercialização (LEC):** instrumento lançado em 2003, objetivando aumento da liquidez na comercialização, é complementar do EGF, com vantagens em relação a flexibilidade operacional e do financiamento a preços acima do mínimo de garantia.
- g) **Zoneamento agroclimático:** em 1997 foi criado o Programa de Zoneamento Agrícola com objetivo de apoiar o conjunto da Política Agrícola do Governo Federal, auxiliando a tomada de decisão no âmbito do Programa de garantia da atividade agropecuária (Proagro) estimulando a difusão de tecnologia. O zoneamento passou a ser um instrumento valioso de redução de riscos para os produtores.

- h) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):** Criado em 1996 com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e melhorar a qualidade de vida dos produtores contribuindo para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e urbanas a principal vertente do Pronaf são as linhas de crédito rural de custeio e investimento, as condições de financiamentos se modificam constantemente para adequar-se as necessidades destes agricultores. É considerado pequeno produtor a pessoa física ou jurídica com Receita Agropecuária Anual de até R\$ 360.000,00
- i) Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp):** assim como tem o Pronaf para o pequeno produtor, tem o programa específico que atende o médio produtor que é o produtor com RBA acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 1.760.000,00.
- j) Política Nacional de Defesa Agropecuária:** decorrente da exigência dos consumidores por produtos alimentícios seguros saudáveis e de qualidade a questão sanitária é condição básica para a viabilidade e sustentabilidade econômica do produtor sendo fundamental para seu desenvolvimento. Estas políticas compreendem: prioridade para ações preventivas, rigor na aplicação das regras de quarentena, forte articulação com o setor privado na execução e acompanhamento da política.

Apresentado os principais instrumentos adotados pela política agrícola brasileira das últimas décadas, a seguir no próximo tópico serão abordados o instrumento foco deste estudo: o crédito rural e sua relação com o desenvolvimento do setor agropecuário.

2.3 Crédito Rural e o Desenvolvimento do Agronegócio

O setor agrícola em sua maioria depende de recursos financeiros para arcar com os gastos do ciclo de produção e para acompanhar a modernização da agricultura. Embora o auge do crédito rural já tenha passado ele ainda é muito presente no cotidiano do agricultor, o crédito rural então é um suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR). De acordo com o Banco Central extraído do MCR tem como objetivos:

- Estimular os investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado pelo produtor na sua propriedade rural, por suas cooperativas ou por pessoa física ou jurídica equiparada aos produtores;
- Favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- Fortalecer o setor rural;
- Incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo;
- Propiciar, através de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais;
- Desenvolver atividades florestais e pesqueiras;
- Quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos da Lei nº 11.326, de 24/7/2006, estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados. (Lei 8.171 art 48 § 1º - redação dada pela Lei nº 11.718/2008) (BANCOCENTRAL DO BRASIL, 2017, MCR).

O crédito rural tradicional é classificado segundo a atividade agrícola (produtos de origem vegetal) e pecuária (produtos de origem animal) e tem três finalidades que são: custeio (cobrem as despesas normais dos ciclos produtivos), investimento (destina-se a aplicações em bens ou serviços cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção) e comercialização (destina-se a cobrir despesas próprias da fase posterior à coleta da produção ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas).

Créditos de custeio e investimento concedidos para pequenos e médios produtores incluem recursos para a manutenção do agricultor e sua família, aquisição de animais destinados à produção necessária à sua subsistência, medicamentos, agasalhos, roupas, utilidades domésticas, bem como para instalações sanitárias, construção e reforma de benfeitorias e ainda para satisfação de outras necessidades fundamentais ao bem-estar da família rural.

Além destes tem-se as linhas de créditos específicos equalizados pelo Tesouro Nacional, tais como: Inovagro (Financiamento para incorporação de inovações tecnológicas nas propriedades rurais), ABC (Programa de incentivo a agricultura de baixo carbono), Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras), Moderinfra (Financiamento para o desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável) BNDES Finame (Financiamento da produção e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais credenciados no BNDES) Prodecoop (Programa de desenvolvimento cooperativo) dentre outros programas todos voltados para o desenvolvimento rural (BACEN, 2017).

Diversos são os responsáveis pelo fornecimento de crédito; esses órgãos são vinculados e articulados, entre as instituições que financiam o crédito rural, destacam-se os agentes e seus operadores principais o Banco Central (BACEN), Banco do Brasil (BB) no crédito à agricultura e pecuária; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no crédito de investimento; e órgãos auxiliares como: Caixa Econômica Federal (CEF), cooperativas de crédito, bancos estaduais, privados e sociedades de crédito (MELLO, 2016).

Uma das principais razões da existência de políticas agrícolas no agronegócio, da qual faz parte o crédito rural, é a dependência em relação à natureza, pois, é ela quem impõe as decisões a serem tomadas pelos produtores, principalmente ligados aos investimentos que precisam ser feitos. Além da sazonalidade e das condições climáticas que o setor enfrenta, há também os ciclos biológicos das plantas e animais, ocorrências de doenças e pragas como também a rápida perecibilidade.

Ainda que o setor seja fortemente sazonal e dependente de condições do clima, os avanços tecnológicos e a intensificação do uso de capital na atividade agrícola permitem a redução desses efeitos, seja através do desenvolvimento de novas espécies de plantas e animais adaptados ao ambiente modificado, como também técnicas de irrigação estufas e iluminação artificial, por exemplo, (BATALHA, 2009).

Deste modo o desenvolvimento no agronegócio com relação à concessão do crédito rural pode então ser entendido pelo fato da produção agrícola estar espalhada no tempo, ou seja, as necessidades de recursos financeiros ocorrem em determinados períodos da produção. Como exemplo tem-se o período da semeadura onde necessita de meios para preparar o solo, muitas vezes o que falta não é o capital próprio o que não dispõe é de liquidez em determinado momento. Assim como quando o agricultor deseja inovar implantando uma nova tecnologia, expansão da cultura de produção e necessita de recursos financeiros para tocar seu negócio no longo prazo, entre outras como citados anteriormente, para todas estas situações ele precisa ter o dinheiro em mãos. Sendo assim o crédito rural apresenta-se como uma importante ferramenta para atender a estas necessidades, seja ele para suavizar as oscilações

de consumo, como também como meio de financiamento da produção agrícola dinamizando o ciclo dos negócios (FEIJÓ, 2011).

Para Ziger (2013) o crédito rural tem um papel de gerador de oportunidades, pois além de estimular o beneficiário a investir em tecnologia e melhorias nas estruturas das propriedades ele também estimula a permanência na agricultura, fortalecendo o processo de sucessão familiar no campo.

O crédito tem função primordial tanto no desenvolvimento do agronegócio como no crescimento econômico, pois viabiliza a aquisição de forças produtivas necessárias para a produção de bens e serviços, sendo um mecanismo indispensável para a dinâmica do sistema, além disso, estimula os produtores a realizarem investimentos introduzindo inovações tecnológicas em busca de vantagem competitiva no meio capitalista (OCNER FILHO, 2017).

Castro (2008), concluiu que o setor sofre com restrição na compra de insumos e que o financiamento de crédito é essencial, pois permite aos produtores adquirir mais insumos e aumentar a produção.

Para Antão e Campanholo (2011), a obtenção destes recursos proporciona circulação de alimentos o que movimenta e gera tributos para o Estado, elevando investimentos e gerando empregos, através do desenvolvimento econômico que ele possibilita, aumenta sua produção, produtividade e sua renda, no momento que se desenvolvem economicamente buscam mecanismos para ter melhor qualidade de vida, aprimoram seus conhecimentos e técnicas caminhando em direção ao desenvolvimento social e cultural.

Mello (2016), na sua dissertação intitulada “O impacto do crédito rural sobre a produtividade: uma análise para os municípios brasileiros” chega ao resultado em sua pesquisa de que o volume financeiro de crédito de custeio e investimento são relevantes para a produtividade financeira nos municípios do Brasil isso porque a produtividade na economia (PTF) – produtividade total dos fatores - é entendido como a relação entre produto agregado e os insumos utilizados na produção.

De acordo com Feijó (2011), o mercado de crédito ainda é muito deficitário, por um conjunto de fatores o autor menciona que um dos grandes problemas se trata de saber realmente se o crédito está sendo destinado para seu fim ao qual foi contratado ou se está sendo desviado para consumo ou outras aplicações além desse problema aponta também a dificuldade encontrada pelos pequenos produtores em ter acesso a essas linhas embora se tenha programas específicos a maior parte dos créditos é usufruído por indivíduos que são detentores de capital. Martins (2010) defende que esse crédito é um importante instrumento de desenvolvimento do setor agropecuário, e que nos últimos quarenta anos têm sido fundamental para o crescimento da economia nacional e que cabe ao Banco Central dirigir, coordenar e fiscalizar o uso do crédito.

Findando a apresentação do referencial teórico, foi possível entender os principais pontos tratados nesse estudo, no próximo tópico será explicado o método de pesquisa escolhido seguindo das análises dos resultados.

3 MÉTODO

Nesta seção será apresentado na sequência: tipo de pesquisa, método escolhido, técnica utilizada para coleta de dados, universo da pesquisa, a forma de coleta de dados e a técnica para análise dos dados.

Com o propósito de analisar no geral e por setores a evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul entre 2006 a 2016, o estudo se caracteriza como descritivo quanto aos objetivos, com abordagem quantitativa. Segundo Gil (2010), os estudos descritivos objetivam descrever, analisar e interpretar a população-alvo procurando identificar relações entre variáveis. Se tratando da abordagem quantitativa, Collins e Hussey (2005) explicam que tem

como natureza a mensuração de fenômenos, envolve coleta e análises de dados numéricos com aplicação de técnicas estatísticas.

Pelo fato da coleta de dados da pesquisa utilizar dados quantitativos secundários, o método que melhor se adequa ao tipo escolhido é o de levantamento. Com relação aos dados sabe-se que quando organizados corretamente se transformam em informações, especificamente os secundários. Hair (2005), define que são dados já publicados com outra finalidade, e destaca a importância de verificar fontes potenciais deste tipo de dados para a pesquisa ter maior confiabilidade. Quanto ao levantamento, de acordo com Gil (2010), é um tipo de pesquisa que mais se enquadram em estudos descritivos e exploratórios, as vantagens deste método é o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez e obtenção de dados agrupados em tabelas o que possibilita riqueza na análise estatística.

Utilizou-se nesse estudo como fonte de dados o anuário estatístico e a matriz de dados do crédito rural do Banco Central do Brasil (BACEN, 2017), onde obtém-se diversidades de dados partindo do ano 2006 para todo o país, que foram filtrados de acordo com o interesse da pesquisa. Neste caso analisaram-se os dados relativos ao crédito rural no Rio Grande do Sul, com coleta de valores e quantidades de contratos, filtrando ano a ano, por finalidade de crédito (custeio, investimento e comercialização), por setor de atividade (agricultura e pecuária) por programa (Moderagro, Moderfrota, Moderinfra, Prorenova Industrial, Pronaf, Pronamp, ABC, Inovagro entre outros) como também por modalidade no geral (cria, recria e engorde, beneficiamento ou industrialização, pastagens temporárias, lavoura, aquisição de insumos para indústria familiar, florestamento e reflorestamento) no custeio pecuário e agrícola.

Para operações de investimento os dados foram filtrados por fonte de recursos BNDES LIVRE, BNDES FINAME, LCA (Letra de crédito do agronegócio), FAT (Fundo de amparo ao trabalhador), Tesouro Nacional, Recursos Livres, Poupança Rural, Captação externa entre outros e por modalidade que compreendem aquisição de animais de serviço (uso agricultura), aquisição de ativos operacionais, aquisição de veículos, atendimento a cooperados (MCR 5-2), cooperativas de crédito, financiamento PROCAP-agro, florestamento e reflorestamento, formação de culturas perenes, máquinas, equipamentos e utensílios melhoramento das explorações entre outras. Na comercialização contemplam as modalidades de pré-comercialização, aquisição de matéria prima direto do produtor/cooperativa, CPR (cédula de produto rural), estocagem, FGPP-financiamento para garantia de preços ao produtor, financiamento para aquisição da produção/matéria prima, financiamento para proteção de preços em operações no mercado futuro e de opções, entre outras modalidades.

Após classificadas as variáveis os dados foram exportado para o Excel, tabulados e organizados para análise estatística posterior. Ainda, para análise, os valores correntes de crédito rural foram corrigidos monetariamente pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, tornando-os constantes à Setembro de 2017.

A técnica de análise de dados adotada neste estudo foi a estatística descritiva. Conforme Anderson, Sweeney e Williams (2011) a estatística descritiva tem objetivo de tornar os dados sintetizados e de fácil compreensão para o leitor, podem ser tabulares, gráficos ou numéricos produzindo sumários com informação desse conjunto de dados. Assim, os dados de valores constantes de crédito e número de contratos, por atividade, de 2006 a 2016, foram representados de forma gráfica e proporcional.

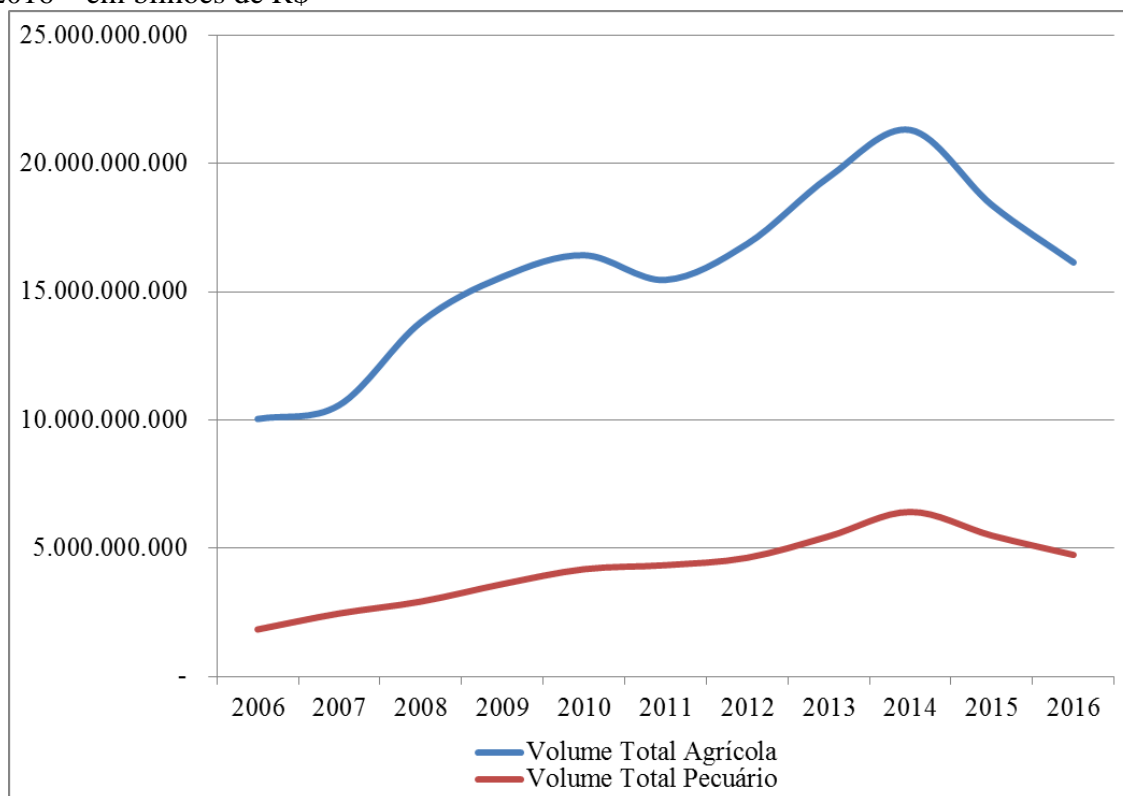
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico, as análises da pesquisa são apresentadas e discutidas através da estatística descritiva sobre o financiamento de crédito rural agrícola e pecuário e suas

finalidades: custeio, investimento e comercialização, demonstrando através dos gráficos o volume, números e percentuais de contratos do período estudado.

Levando em conta as flutuações econômicas que ocorrem, os valores totais dos contratos entre 2006 a 2016 foram todos corrigidos devido à desvalorização da moeda no decorrer do tempo, ou seja, os dados aqui apresentados mostram o crescimento real.

Figura1 – Evolução do volume de crédito agrícola e pecuário no Rio Grande do Sul de 2006 a 2016 – em bilhões de R\$



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados SICOR do BACEN

A figura 1 apresenta o gráfico com a soma dos valores totais de contratos agrícola e pecuário que foram disponibilizados aos tomadores/produtores do Rio Grande do Sul e engloba os créditos de custeio, investimento e comercialização de ambos. Visualiza-se que o volume agrícola e pecuário vinha crescendo até o ano de 2014, o agrícola com aumento de 2,12 vezes, passando de 10,03 bilhões em 2006 para 21,30 bilhões em 2014, no entanto vem apresentando significativa queda a partir daí, sofrendo uma redução em torno dos 25% em apenas dois anos. No volume pecuário verifica-se a mesma situação crescimento até 2014 com queda nos dois anos seguintes. Constatou-se ao visualizar os dados do Brasil como pode ser visto na tabela 1 adiante, que esse decréscimo no volume total agrícola e pecuário é geral, e vem fazendo com que o volume de financiamentos retorne aos patamares antigos. Pode-se afirmar que nesse período houve uma redução de recursos além da redução da demanda por crédito que acompanha a retração econômica.

De acordo com Oliveira e Wolf (2016), desenvolvedores de estudos do IPEA as perspectivas para o futuro não são animadoras. No estudo intitulado “A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015)” a deterioração do ambiente macroeconômico sobre o mercado de crédito através do forte ajuste monetário e fiscal impacta a economia, fazendo com que os bancos dificultem mais o acesso às famílias e as empresas, reduzindo também a demanda por crédito e o crescimento em geral do país. Nesse estudo os autores apontam que entre 2011 e 2013 em meio a crise internacional o mercado de

crédito reconheceu que para manter o crescimento era necessário estimular o mercado interno. Esse processo de expansão ocasionou um aumento expressivo de atrasos e inadimplências.

Para Ocner Filho (2017) a partir do ano de 2015 devido à crise de liquidez e a volatilidade nos mercados, as políticas de créditos foram fortemente comprometidas como um todo, afetando os agentes econômicos, em especial os voltados à agricultura.

Outro estudo publicado no site Sistema de cooperativas de crédito do Brasil, SICOOB (2017) afirma que o governo atual (Temer), pretende reduzir paulatinamente o volume de recursos para todo país elevando os juros, fazendo cortes de orçamento e migrando do atual sistema de crédito que derivam do depósito a vista com subsídio do Tesouro Nacional, para um novo modelo baseado na emissão de títulos, o que tende segundo a publicação, afetar muito os pequenos e médios produtores.

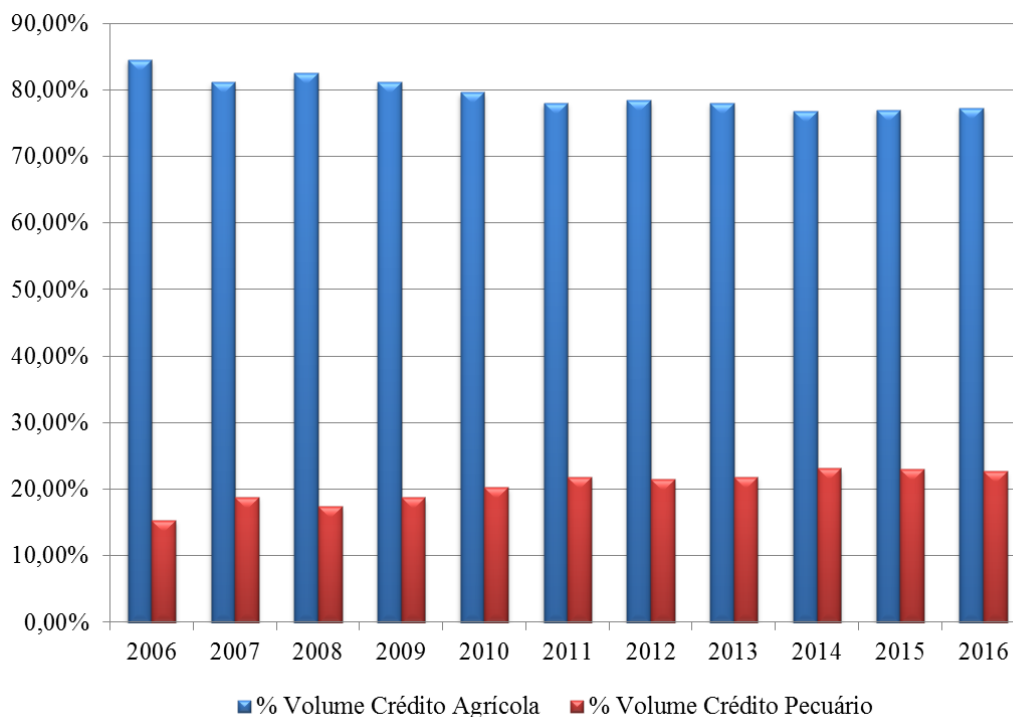
Corroborando com essas afirmações, Araújo (2011), aborda que o financiamento formal da agricultura brasileira enfrentou e enfrenta grandes turbulências desde o período dos sucessivos planos (Cruzado, Verão, Collor I e II e Real) com esgotamento das fontes tradicionais de recursos junto da elevação do custo do dinheiro, pela mudança na política cambial em 1999, pela busca de novas fontes não inflacionárias e mais uma vez pelo excessivo endividamento dos agricultores que atinge todos os grupos do maior ao menor.

Para melhor compreender esses resultados Gasques e Vieira Filho (2016), discute o período conhecido como bonança externa que compreende 2000 a 2014, esse nome deu-se pelo fato da economia manter uma taxa de crescimento média de 4,5% a.a, devido ao “*boom das commodities*” (aumento de preços das exportações em comparação aos das importações- termos de troca) pelos setores da mineração e da soja esse “*boom*” permitiu que nosso país se tornasse um dos mais importantes exportadores de bens agropecuários.

O agronegócio neste período teve expressivo crescimento graças ao aumento da área plantada, produtividade e da produção por estar atuando em ambiente favorável de preços elevados, sendo o setor que mais cresceu podendo afirmar que impactou diretamente no volume de crédito, logo após em 2012 começou-se a sentir a retração. Porém Bacha (2014) apud Gasques e Vieira Filho (2016), define que os dois períodos de padrões de crescimento e emprego que vivenciou o país de 1980 a 2013 onde a média de crescimento do PIB corresponde 2,5 % ocasionaram um colapso que é vivenciado até hoje que se trata de evolução da desigualdade de renda e pobreza junto ao comportamento da inflação.

A seguir no gráfico da figura 2 apresenta-se os dados relativos ao volume de crédito agrícola e pecuário visualizados em percentuais de participação.

Figura2 – Percentual do volume de contratos de crédito agrícola e pecuário no Rio Grande do Sul 2006-2016

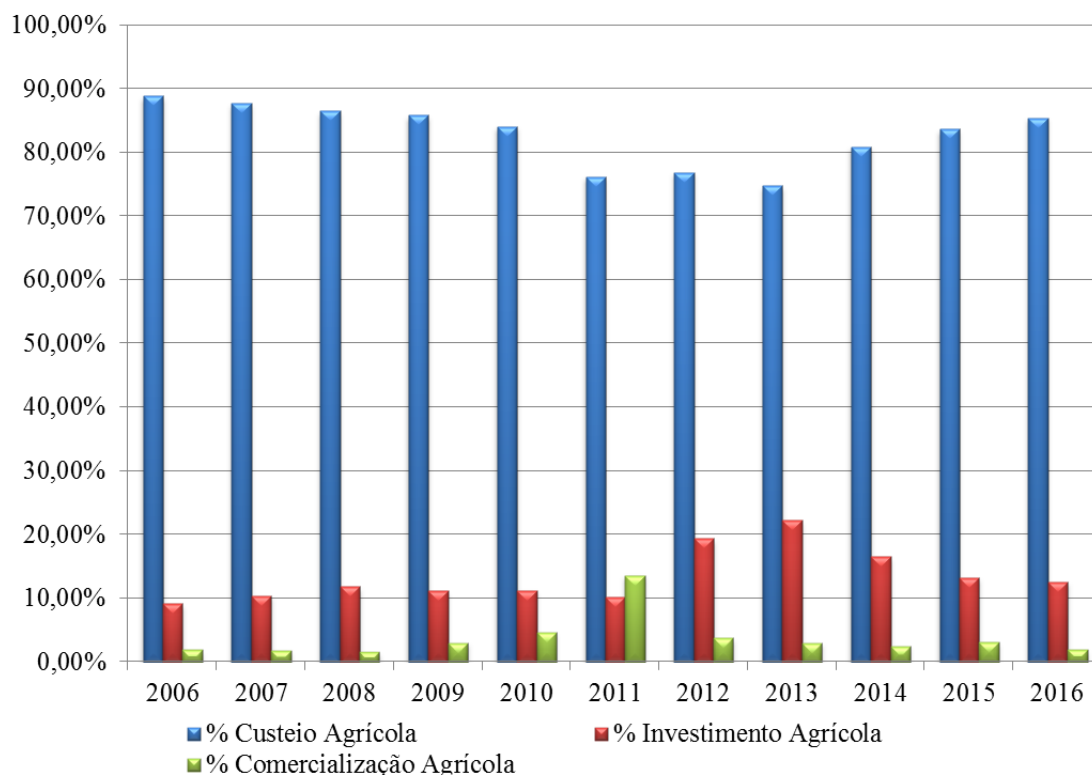


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados SICOR do BACEN

Com relação à participação do volume de créditos agrícolas e pecuários em termos financeiros visualizados no gráfico acima é notável a participação do crédito agrícola que representa em média 79,56% do volume total com pequenas variações no período. O crédito pecuário apresenta crescimento no período, passando de 15,41% dos contratos em 2006 para 23,14% em 2014 onde o percentual mais elevado foi registrado, e assim como o gráfico anterior analisa-se uma leve queda em 2015 de 23% e 22,68% em 2016 no pecuário, já o crédito agrícola se mantém estável.

Analisado o volume total de crédito agrícola e pecuário, no próximo tópico serão apresentadas as análises por finalidades de crédito: custeio, investimento e comercialização para compreender através dos dados nos gráficos o comportamento de ambas as linhas.

Figura3 – Proporção do total de contratos de custeio, investimento e comercialização agrícola no Rio Grande do Sul 2006-2016



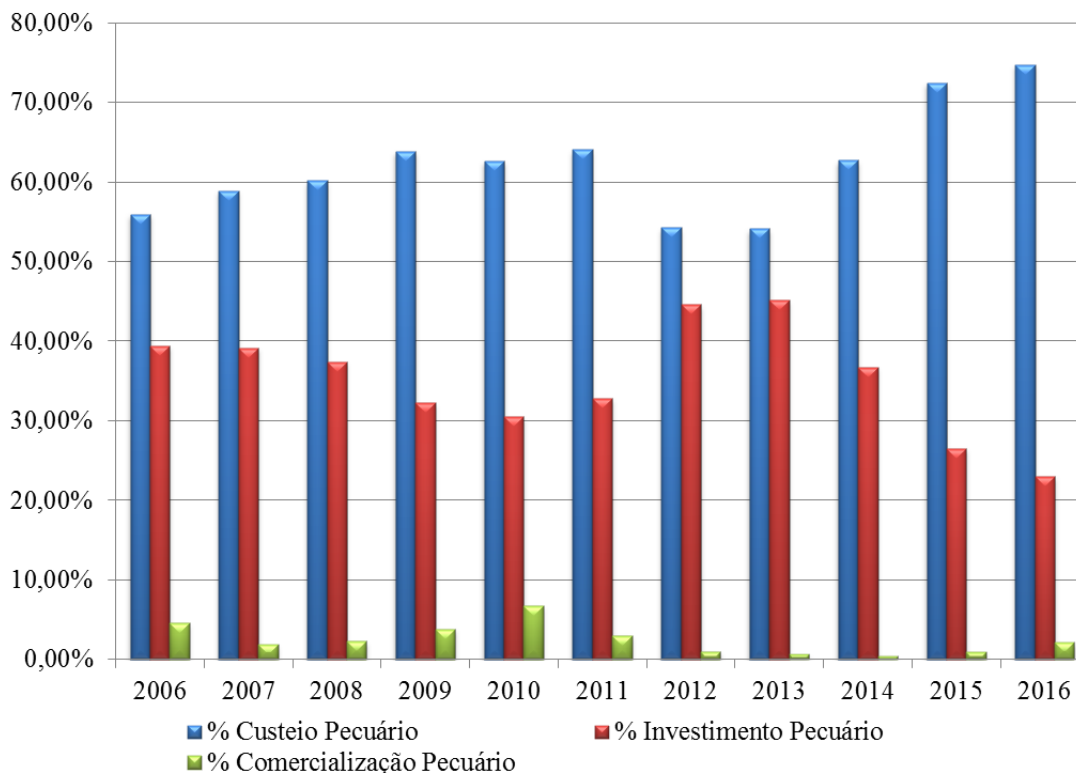
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados SICOR do BACEN

Partindo para a análise do crédito por setores, a figura3 ilustra a participação do custeio, investimento e da comercialização no crédito agrícola. Naturalmente a finalidade de custeio é a forma de crédito com maior disponibilidade representando em média de 82,83 % dos contratos, em decorrência da agricultura ser intensiva em capital e devido ao seu ciclo espalhado no tempo. O custeio nesse caso cobre as despesas com melhora no plantio, compra de insumos, defensivos, fertilizantes, sementes, agroquímicos entre outros, sendo uma explicação da sua elevada participação no agrícola. De acordo com a FEE (2016) no Rio Grande do Sul, a soja, milho e trigo são as principais culturas agrícolas em termos de área plantada e quantidade produzida e o fumo e a maçã se tratando de valor de produção. Gasques e Vieira Filho (2016) constaram que nos anos de 2000-2014 o consumo de fertilizantes aumentou 113%.

A finalidade de crédito de investimento, apesar de não ter grande participação apresentou crescimento até 2013 com 22,20 % e 2014 com 16,55% dos contratos, anos esses em que os juros tiveram menor cotação histórica desde 1986 sendo favorável investir nesse período, voltando a cair em 2016.

O crédito destinado á comercialização que teoricamente deveria ter uma participação relevante, por ser a comercialização agrícola responsável por estabelecer a relação entre o setor produtivo e o consumidor final, é o crédito com a menor participação no período analisado. Apenas em 2011 ultrapassou o investimento com 13,62% nos demais anos a participação em média é de 2,5%, ou seja, muito pequena.

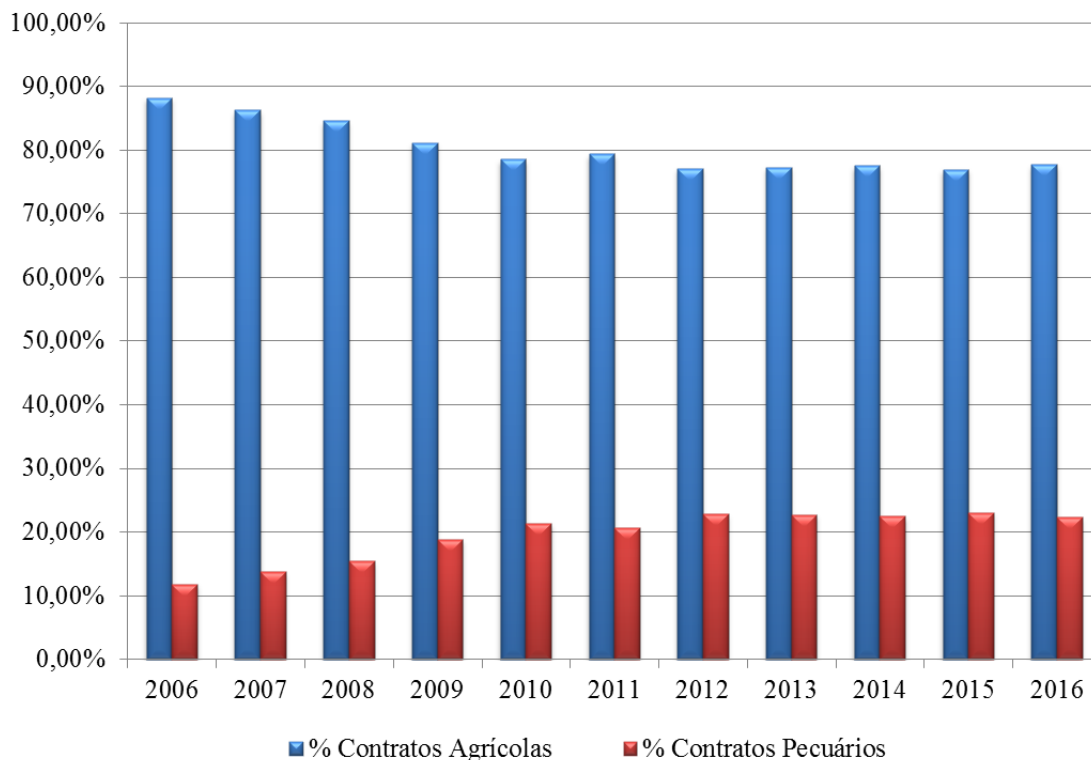
Figura4 – Proporção do total de contratos de custeio, investimento e comercialização pecuária no Rio Grande do Sul 2006-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados SICOR do BACEN

No gráfico acima da proporção do total de contratos de custeio, investimento e comercialização na pecuária, diferentemente do agrícola tanto o custeio como o investimento são utilizados em proporções semelhantes. Nos anos de 2012 e 2013 as finalidades apresentam participações quase iguais, aproximadamente 54% no custeio e 44% no investimento. Esse resultado é justificado pelo fato de que na pecuária o investimento é caracterizado não só para compras de máquinas e equipamentos, mas principalmente aquisição de animais para cria e reprodução, partindo para pecuária de corte ou gado de leite. A contratação de crédito de investimento apresenta uma acentuada e constante queda a partir de 2013 caindo 51% podendo ser explicado pelo fato de que os pecuaristas aproveitaram os anos de 2012 e 2013 com taxas acessíveis como já mencionado. Enquanto o custeio apresenta crescimento, ao avaliar as quantidades de contratos verificou-se que este crescimento significa na verdade uma estabilização no número de contratos no período. Já no crédito de comercialização a representatividade perante as duas finalidades de crédito é pequena, porém apresenta oscilações nos números de contratos e valor total como pode ser observado em 2014 onde a participação da comercialização pecuária com relação a número de contratos foi a menor 0,48 % do valor total. Ainda com relação ao crédito de comercialização Nunes (2007), aponta que a baixa disponibilidade de crédito de comercialização tanto no pecuário como no agrícola, dá-se pela preferencia do governo por contratos maiores, sendo que o maior volume desse crédito é acessado somente por médios e grandes produtores, empresas e cooperativas.

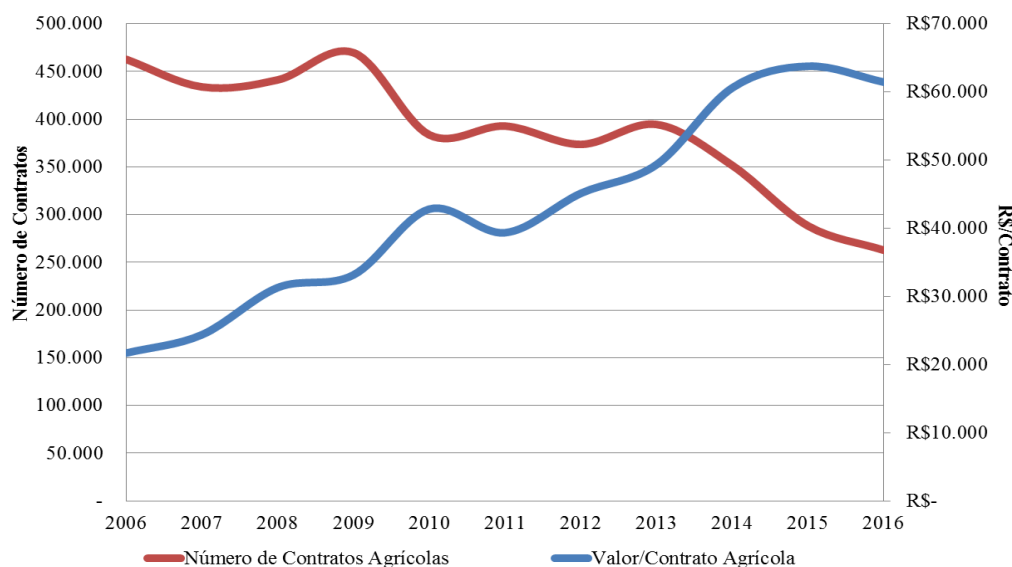
Figura5 – Percentual do número de contratos agrícola e pecuário de 2006-2016 no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados SICOR do BACEN

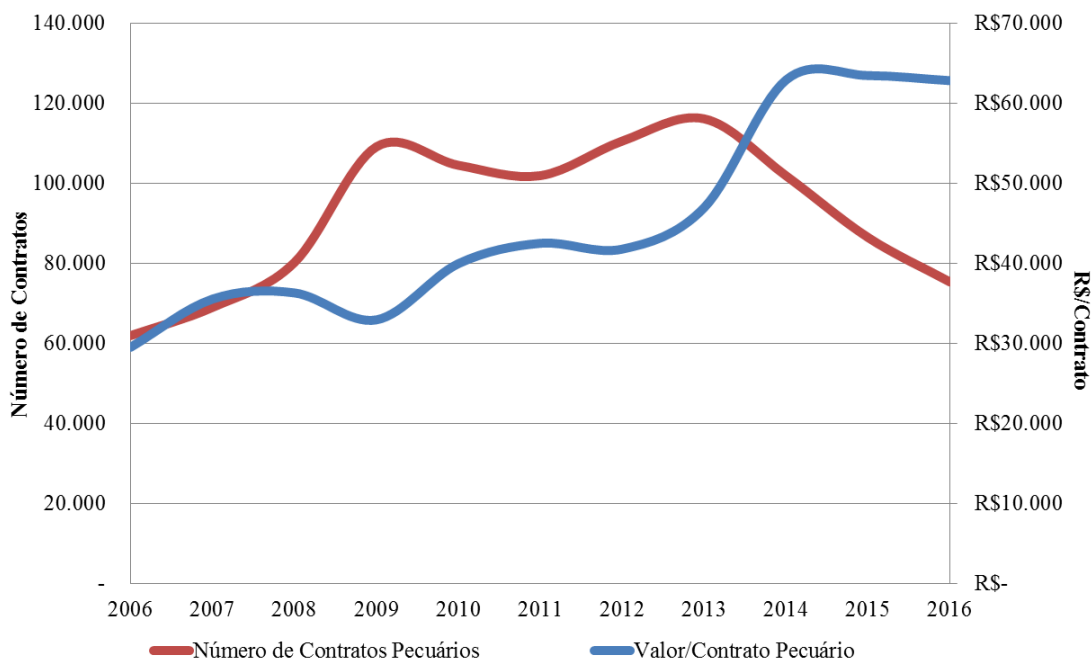
No que concerne o total de contratos agrícolas e pecuários, o agrícola tem uma participação média de 80,43% estando visivelmente estabilizado com poucas flutuações enquanto o pecuário fica com a fatia média de 19,57% dos contratos, no entanto demonstrou crescimento saindo dos 11,81% em 2006 chegando a 23,08% em 2015, esse aumento significa que o crédito pecuário passou a ser mais disponibilizados aos produtores nesse período.

Gráfico6 – Número de contratos e valor por contrato agrícola no Rio Grande do Sul 2006 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados SICOR do BACEN

Figura7 – Número de contratos e valor por contrato pecuário no Rio Grande do Sul 2006 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados SICOR do BACEN

Nas figuras 6 e 7, apresenta-se a evolução de números de contratos *versus* valor por contrato. Observa-se que agrícola e o pecuário apresentam o mesmo comportamento de crescimento no valor total por contrato de 2006 a 2016, no agrícola obteve-se aumento de 2,94 vezes passando de R\$ 21.691,01 para R\$ 63.783,43 e no pecuário aumento de 2,13 vezes de R\$ 29.514,94 para R\$ 62.955,33, ou seja, um crescimento significativo no valor real por contrato no período. Porém ao longo desses anos notasse que o número de contratos agrícola evoluiu até 2009, onde teve o auge, com 469.715 contratos após, começou a cair gradativamente, chegando 2016 com 262.696 contratos, uma perda de 207.019 contratos agrícolas em dez anos.

Por sua vez a atividade pecuária teve crescimento tanto no número de contratos e valor por contrato andando juntos até 2013. A partir de 2014 começou a queda uma perda de 40.816 contratos. Com esses resultados conclui-se que no Rio Grande do Sul, no período analisado, menos produtores tem acessado o crédito e o aumento no valor por contrato pode configurar-se como uma concentração de crédito em setores mais exportadores e da agricultura de grãos, visto que no Estado está havendo uma substituição da diversificação produtiva, pelo plantio de soja, estimulado pela elevação do preço da soja no mercado internacional.

Tabela1 – Volume total pecuário e agrícola no Brasil e participação do Rio Grande do Sul

Tempo	Volume Atualizado Total	% RS Agrícola	% RS Pecuário	% RS Total
2006	R\$ 81.365.295.814,49	17,1%	8,12%	14,58%
2007	R\$ 89.228.422.358,71	16,2%	10,20%	14,60%
2008	R\$ 103.779.726.583,16	17,7%	11,34%	16,12%
2009	R\$ 120.023.147.489,64	18,0%	10,80%	15,98%
2010	R\$ 118.299.542.691,43	20,0%	11,53%	17,41%
2011	R\$ 128.498.539.286,87	17,4%	10,89%	15,40%
2012	R\$ 146.251.711.544,54	17,1%	9,73%	14,69%
2013	R\$ 168.338.137.005,78	17,0%	10,09%	14,81%
2014	R\$ 190.758.825.934,66	16,8%	10,09%	14,53%
2015	R\$ 161.609.197.606,34	16,9%	10,36%	14,77%
2016	R\$ 150.981.281.787,51	15,6%	9,94%	13,83%

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados SICOR do BACEN

Fazendo uma análise do total de crédito agrícola e pecuária no Brasil quanto ao número e valores dos contratos de 2006 a 2016 verificou-se que o número de contratos agrícolas vem se reduzindo, porém os valores dos contratos estão mais elevados. Na pecuária há um comportamento diferente a quantidade e os valores dos contratos estão em crescimento nos últimos anos e verificando o volume total do agrícola e pecuária evidenciou-se que os recursos financeiros para todo o Brasil vinha crescendo até 2014 aonde chegou a R\$ 190,8 bi caindo para R\$ 150,98 bi em 2016 uma queda de 20,85% podemos verificar que não só no Rio Grande do Sul houve decréscimo a partir de 2014 e sim em todo Brasil o que significa menos recursos. Como pode ser visto na tabela1 a fatia do Rio Grande do Sul no volume total na concessão de crédito se mantém ao longo dos anos entre 14 e 15% sendo os maiores indices regionais no financiamento agrícola.

No Brasil a primeira década dos anos 2000 para o agronegócio foi de expansão, envolvendo produtividade e área plantada, gerando aumento de produção. Os números anteriores sugerem que, a maior concentração do crédito no Rio Grande do Sul nos últimos dez anos, está vinculada ao avanço do cultivo das monoculturas principalmente da soja e arroz, que demandam mais volumes e menos contratos.

Considerações Finais

As cadeias agroindustriais que movimentam importante parcela do PIB brasileiro necessitam de apoio do poder público para se fortalecer e abrir fronteiras. Este estudo se propôs a fazer uma análise da evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul - Brasil, segmentando em finalidades de crédito usando os dados do Banco Central do Brasil entre os anos de 2006 a 2016.

Dessa forma, com base no primeiro objetivo específico que foi compreender a política agrícola e sua importância, através da literatura e de estudos científicos ficou claro que a existência dessas políticas voltadas para o setor é essencial para o seu desenvolvimento, já que o agronegócio tem suas especificidades que precisam ser atendidas de forma distinta. O crédito rural nesse sentido auxilia o produtor quando necessita de recursos financeiros para manter ou alavancar seus negócios.

Seguindo para o segundo objetivo que tem como propósito analisar as linhas de crédito rural por setor e finalidade, evidencia-se que o setor agrícola tem a maior

disponibilidade de crédito tanto em volume como números de contratos, isso por ser um setor que demanda muito capital, sendo o custeio a linha com maior disponibilidade de crédito.

Com relação à pecuária analisou-se que demanda linhas de custeio e investimento em proporções semelhantes, visto que o investimento é direcionado também para aquisições de animais, outro resultado identificado foi que a sua participação com relação a volume e contratos teve crescimento no período em questão. Com relação às linhas de comercialização tanto no agrícola como pecuário a participação é inexpressiva.

Partindo para o terceiro objetivo, que almejou comparar e discutir a evolução do crédito rural pecuário e agrícola visualizou-se, que ambos apresentaram crescimento com relação ao volume de crédito no período de 2006 a 2014 e apresenta queda no período recente juntamente com a economia do país. Conclui-se que esse resultado em suma é fruto da retração econômica que se estende no período recente.

Destaca-se também o comportamento do crédito agrícola e pecuário com relação a número de contratos que apresentam significativa redução e aumento do valor por contrato, o que pode estar ocasionando essa concentração de crédito no Estado, com relação a agricultura vem a ser a especialização produtiva do cultivo de soja e arroz.

Este trabalho cumpriu com o propósito de servir como um relatório sobre o comportamento do crédito rural no RS de 2006 a 2016 e contribuí para o meio acadêmico, visto que até então não havia estudo científico desse período com relação ao crédito rural especificamente para o estado do Rio Grande do Sul. Além disso, relacionado com o crescimento profissional da autora, possibilitou um aprofundamento de conhecimento, permitindo uma visão ampla no assunto.

Sugere-se para estudos futuros a necessidade de uma análise mais detalhada por regiões do Estado segmentando o crédito por produto para verificar o nível de concentração de crédito por cultura.

Referências

ANDERSON, D. R., WILLIAMS, T. A., SWEENEY, D. J. **Estatística aplicada à administração e economia**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ANTÃO, R. A. de S. CAMPANHOLO, T. O Crédito Rural no Contexto do Desenvolvimento Econômico e Social. Revista da Católica, Uberlândia v.3, n.5 Jan/Jul.2011. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo03.pdf> >

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL DO BANCO CENTRAL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL> >. Acesso em: 20-09-2017

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARBAGE, A. P. **Fundamentos de Economia Rural**. 2. ed. rev. – Chapecó:Argos,2012.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas,2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Manual do Crédito Rural – MCR**. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>>. Acesso em 21-09-2017.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CALLADO, A.A.C. **Agronegócio**. 2 ed. São Paulo: Atlas,2009.

CASTRO, E. R. de. Crédito rural e oferta agrícola no Brasil. 16-12-2008. 131 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG.2008

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. [Tradução Lucia Simonini]. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2005

FEIJÓ, R. L. C. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

FEIX, R. D; LEUSIN J, S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul —Fundação de Economia e Estatística, 2015**. Porto Alegre: FEE, 2015

FEIX, R. D.; LEUSIN J, S.; AGRANONIK; C. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul —.Fundação de Economia e Estatística, 2016**. Porto Alegre: FEE, 2016

GASQUES, J. G; CONCEIÇÃO, J. C. P.R da; FERREIRA, B (organizadores). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2001.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAIR JR., Joseph F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBGE, **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=censoagro>> acessado em 15-05-2017.

IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rs>> acessado em 15-05-2017.

LOPES, D; LOWERY, S; PEROBA; CABRAL, T. L. **Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, n. 45, p. [155]-196, jun. 2016.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, A. A. B. Crédito rural – Evolução histórica, aspectos jurídicos e papel do conselho monetário nacional e do banco central do Brasil. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 73, fev 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7156>. Acesso em 07-07-2017.

MATRIZ DE DADOS DO CRÉDITO RURAL MDCR . Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>> Acesso em: 25-09-2017

MELLO, C. R. de. **O impacto do crédito rural sobre a produtividade: uma análise para os municípios brasileiros**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul– Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/8856>>

MENDES, J. T. G; JUNIOR, J. B. P. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

NUNES. S. P. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil – Departamento de estudos socioeconômicos rurais (DESER). 2007. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/doc/Pol%C3%ADtica%20Agr%C3%ADcola.pdf>>

OCNER FILHO, V. O papel do crédito rural frente ao crescimento econômico do Brasil. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-31. 2017.

OLIVEIRA, G. C de. ; WOLF P.J. W. **A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015)**. Brasília: Ipea, 2016.

SICOOB (Sistema de cooperativas de crédito do Brasil) **CRÉDITO RURAL DEVE SER PRIORIDADE NACIONAL – ARTIGO DE LUIZ VICENTE SUZIN** Disponível em: <<http://www.sicoobsc.com.br/blog/noticias/credito-rural-deve-ser-prioridade-nacional/>> Acessado em: 01-11-2017.

VIEIRA FILHO, J. E. R; GASQUES J. G... [et al.]. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade** – Brasília: IPEA, 2016.

ZIGER, V. **O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégias e perspectivas**. Faculdade Cesul em Francisco Beltrão/Paraná. 2013. Disponível em: <http://www.infocos.org.br/publicacresol/upload/trabalhosfinal/300.pdf>.